

101
Cita da trigésima oitava sessão Ordinária da Câmara Municipal de Pinop - Estado de Mato Grosso.

No vigésimo nono dia do mês de novembro de hum mil novecentos e noventa e três, as vinte horas e vinte minutos, reuniram-se os senhores Vereadores estando ausente o Senhor Pascheal da Cerâmica, a sala das sessões da Câmara Municipal de Pinop para realização da trigésima oitava sessão Ordinária do ano em curso. Invocando a proteção Divina deu início o Senhor Presidente aos trabalhos, solicitando de imediato a leitura da Cita da sessão anterior. Em discussão Dalton Martini solicitou para que fosse feita uma correção em seu pronunciamento com relação a melhoria da estrada que ligava Pinop a Santa Carmem. Feita a retificação, em votação a cita foi aprovada. A seguir solicitou o Senhor Presidente ao Senhor Segundo Secretário, em virtude da ausência do Senhor Primeiro Secretário, para que procedesse com a leitura das correspondências recebidas e expedidas. Após o Senhor Presidente comentou sobre o Dia de Campo que seria realizado pela Empaer e informou que a Câmara colaboraria com o evento. A seguir foi concedido espaço para breves comunicações; Altair Cavaglieri apresentou ao Senhor Presidente a urna que continha os votos que forneceriam o resultado do plebiscito realizado no Bairro União. Agradecendo a colaboração do Clube de mães e Associação daquele bairro, solicitou para que fosse enviado ofício a TV Regional e a Rádio Gaspar para benzequendo-os pela realização da Copa Gaspar Regional de Ju-

tebol de pad, digo, palas. E também ofício a Peco-
ca, Posto de Baterias Pátrio e demais equipes par-
ticipantes para benzendo-as. Em seguida fora li-
do o Projeto de lei vinte e oito, Sarra, noventa e três,
autoria do Executivo, o Projeto de Resolução treze, Sar-
ra, noventa e três autoria da Mesa. Após o Senhor Pre-
sidente solicitou as Comissões de Justiça e Redação e Fi-
nanças e Orçamentos para que escariassem parecer
devido a necessidade da aprovação naquela noite.
Em discussão os projetos Dalton Martini requereu pa-
ra que os mesmos fossem discutidos após a delibera-
ção de todas as matérias em pauta. Em votação o
requerimento foi aprovado. A seguir fora lido o Pro-
jeto de lei trinta e um, Sarra, noventa e três auto-
ria da creadora Teresinha Tomelin, que o justi-
ficou, sendo em seguida encaminhado a Co-
missão de Justiça e Redação. Após apresentar-se o Pro-
jeto de Resolução doze, Sarra, noventa e três, autoria
da Mesa, sendo o mesmo encaminhado as comis-
sões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamentos. Ao
continuo fora feita a leitura do Projeto de lei vinte
e seis, Sarra, noventa e três autoria do Executivo. Em
discussão, nada havendo, em segunda votação foi apro-
vado. Em seguida apresentou-se o Projeto de lei vinte
e quatro, Sarra, noventa e três, autoria do Executivo, o
parecer quinze, Sarra, noventa e três da Comissão
Mista formada pelas comissões de Justiça e Reda-
ção e Finanças e Orçamentos. Em discussão o parecer,
nada havendo, em votação foi aprovado. Em discus-
são o Projeto Dalton Martini paliou que gostaria
que o município crescesse conforme crescera o orçamento.
Disse que esperava que o município arrecadasse e também
buscasse junto ao Governo Federal recursos, para que o
crescimento não acontecesse somente no orçamento, por

que senão no próximo ano teriam que votar para diminuir-lo. Jorge Abreu mencionou que não tinham condições de fazer o orçamento dentro dos parâmetros legais pois estavam a seia de uma hiperinflação ou de um pacote econômico. Salientou que quanto maior fosse o orçamento, quanto maior o poder do município mais trâmites o mesmo teria no Estado e União, teria também maior capacidade de individualamento e para buscar recursos. Solicitou para que o orçamento fosse discado como estava, pois havia sido feita a apresentação de emendas para a L.D.O (Lei Diretrizes Orçamentária), frisou que se as mesmas, que eram as prioridades do município, não fossem atendidas, deveriam negociar politicamente com o Executivo para que atendessem aos anseios da comunidade. Aluizio Pereira de Barros salientou que em relação ao dólar o orçamento sofrerá uma deflação de oitenta e três por cento, em apenas dois meses. Pediu apoio dos senhores Vereadores para aprovação do projeto em sua originalidade. Mencionou que o Executivo e o Legislativo não tinham certeza do que estavam aprovando devido a incerteza da estabilidade econômica. Repassando, após a Presidência ao vereador primeiro vice-Presidente usou da palavra o vereador Waldemar Brandão o qual salientou que o vereador era o legítimo representante do povo. Disse que era necessário coerência na administração e não procurar manietar os vereadores através do orçamento, pois os mesmos deviam ser respeitados. Mencionou que o percentual que seria repassado a Câmara fora elaborado de "Caso Pensado" Apertando Dalton Martini pediu escusas em nome da comissão de Justiça e Redação por não terem observado tamanha falha no orçamento. Salientou

que falhas daquele tipo eram premeditadas para manietar o legislativo pois no orçamento constava menos de quatro por cento para a Câmara. Disse que estaria propondo emenda para corrigir aquele erro. Disse ainda que não poderiam permitir que o direito de legislador fosse arrecado. Waldemar Brandão mencionou que o setor de contabilidade da Casa estava a disposição dos Senhores Vereadores para fiscalizações. Paliantei que os Vereadores eram os parlamentares municipais e haviam sido discriminados não podendo elaborar a Constituição Municipal cabendo aos mesmos a elaboração da Lei Orgânica Municipal, disse ainda que a verdadeira dignidade era vista nas Câmaras de Vereadores. Apertando ferre Abreu mencionou que caberia a Comissão de Justiça e Redação verificar a legalidade e constitucionalidade do Projeto e a Mesa elaborar o orçamento da Câmara para que o Executivo incluísse no Orçamento. A título de esclarecimento falou o Vereador Waldemar Brandão que havia solicitado do Poder Executivo, qual seria a previsão orçamentária, e do valor repassado, foi pedido dez por cento, mas o orçamento viera quadruplicado. ferre Abreu paliantei que o ideal seria nove por cento do orçamento. Exemiu-se de culpa. Waldemar Brandão paliantei que não pediriam absurdos, apenas manteriam a margem dos oito por cento. Aluzio Vieira de Barros paliantei que a Comissão de Finanças e Orçamentos cumpriria o seu dever. Disse que certamente o Plenário aprovaria a emenda, caso a mesma fosse proposta pela Mesa. Após, reassumindo o seu lugar a Mesa, apresentou o Senhor Presidente uma emenda modificando o percentual destinado a Câmara. Caiano Filho paliantei que quanto mais o município arrecadasse mais



Benefícios seriam levados a Comunidade Sinopense. Mencionou que deveria existir uma cobrança por parte do Legislativo ao Executivo no sentido de que os objetivos colativos fossem alcançados. Citou que era necessário união de todos os Senhores Vereadores. Jorge Abreu mencionou que no ano em curso, algumas leis haviam sido atropeladas devido a velocidade dos trabalhos executados. Salientou que estavam recebendo pressão por parte de alguns cidadãos e também alguns do judiciário. Mencionou que era necessário muito cuidado porque alguns do judiciário estavam muito preocupados com o Poder Legislativo de Sinop. Citou de sua preocupação porque através dessa perseguição e intransigência poderiam estar impedidos de serem Vereadores e o Senhor Prefeito e Vice-Prefeito também de ocuparem seus cargos. Mencionou que em razão da perseguição não citaria nomes. Em primeira votação o projeto foi aprovado com inclusão de uma emenda. Após fora apresentado o Projeto de Lei vinte e sete, barra, noventa e três autoria do Executivo, o parecer quatorze, barra, noventa e três da Comissão Mista formada pelas comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamentos. Em discussão o parecer, nada havendo, foi aprovado. Em discussão o Projeto, nada havendo, em primeira votação foi aprovado. A seguir leu-se a Indicação cento e setenta e três, barra, noventa e três, autoria do Senador Baiano Filho que a justificou. Em discussão Dalton Martini mencionou que a água de todos os poços das escolas rurais estava contaminada, exceto daqueles que haviam sido feitos recentemente. Salientou que era incompetência do Secretário Municipal de Educação a não efetivação da construção de po-

cos semi-artesãos nas escolas rurais. Após o senhor Presidente disse que enquanto uma secretaria não tivesse autonomia para gastar e tivesse que ficar a mercê da secretaria de fazenda a situação não se resolveria. Em votação foi aprovada. Em seguida foi apresentada a indicação cento e setenta e quatro, barra, noventa e três autoria do Vereador Altair Canaglieri que a justificou. Durante a justificativa o Vereador autor foi apoiado pelo Vereador José Carlos Ramalho que solicitou para que fosse incluído na indicação a demarcação dos Bairros. Em discussão Aluizio Pereira de Barros salientou ser de salutar importância a indicação e comentou sobre uma proposta no mesmo sentido feita pela SKOK ao executivo e salientou que certamente o executivo atenderia em áreas que tivessem interesse em patrocinar as placas de sinalização. A seguir informou o senhor Presidente que a indicação cento e setenta e seis barra, noventa e três autoria do Vereador Paschoal da Cerâmica fora retirada de pauta. Em seguida apresentou-se a indicação cento e setenta e cinco, barra, noventa e três autoria do Vereador Baiano Filho que a justificou. Em discussão Paschoal da Cerâmica parabenizou o Vereador autor e salientou ser favorável a indicação. Lembrou ao senhor Vereador Toledo Piza e também ao Deputado Ricardo Freitas Junior que deveriam cumprir com os compromissos assumidos com relação a instalação de rede de água no Bairro Jardim Paraíso. Apoiando Baiano Filho salientou que não estava defendendo o Deputado, disse que havia mantido contato para solucionar aquele problema e estava aguardando respostas. Jorge Azevedo lembrou

Abreu que havia criticado o Deputado Ricardo de Freitas Junior por não ter cumprido suas promessas de palanque com relação a rede de água tratada no fardim Paraíso. Solicitou ao Senador Baiano Filho para que transmitisse um recado ao Deputado, para que o mesmo viesse ao município cumprir o que prometera. Salientou que a tribuna era sã e não deveriam utilizá-la para fazer média para deputado. Apertando Baiano Filho salientou que não era pessoa de levar recado. Disse que ao explicar e defender a indicação informara que fora procurado por moradores do Bairro e também estivera em contato com o gerente da Sanemat e o mesmo informara das necessidades daquele órgão para que a rede fosse instalada. Mencionou que não estava usando a tribuna para promover nenhum deputado. Pediu o Senador Jorge Abreu para que verificasse a veracidade de suas colocações e caso não fossem reais o criticasse, mas caso contrário pedisse escusas. Jorge Abreu salientou que o Gerente da Sanemat informara que o órgão não possuía condições para instalar a rede de água tratada. Dalton Martini esclareceu o significado P.A.D. Em votação foi aprovada. A seguir foram discutidos os Projetos de Lei vinte e oito, Sarra, noventa e três, autoria do Executivo e de Redução treze, Sarra, noventa e três autoria da Mesa. Inicialmente Jorge Abreu salientou que devido a situação do país o trabalhador era prejudicado em seu salário, e o abuso amenizaria a situação. Disse que não via inconstitucionalidade nos projetos. Apertando Dalton Martini disse que existia uma inconstitucionalidade, por que não estavam respeitando a quadrimestralidade



de salientar que deveriam estar votando um aumento e não a zero, para legalizar a situação dos salários dos servidores municipais. Disse que o reajuste não deveria ter como base o salário mínimo. Mencionou que os funcionários estavam sendo prejudicados. Jorge Libreu salientou que aqueles tramites deveriam acontecer até a aprovação do PCCS. Pois se fosse dado aumento o município não teria condições de efetuar o pagamento. Aluizio Pereira de Barros pronunciou-se em nome da Comissão de Finanças e Orçamentos salientando que o parecer da mesma aos projetos era favorável. Em primeira e única votação os projetos foram aprovados. Após foi suspensa a sessão, enquanto procedeu-se a apuração dos votos, na qual se verificaria a intenção de não da mudança do nome do Bairro União. Em seguida o Senhor Presidente agradeceu a comissão que efetuara o plebiscito e solicitou a mesma para que na próxima sessão apresentasse projeto com o novo nome do Bairro. A seguir foi apresentado o Resultado final do plebiscito, sendo que o fardim elitária recebeu três votos, fardim elitária vinte votos, fardim Azuleiras trinta e dois votos, fardim Maravilha trinta e dois votos, entre os que não queriam mudar o nome e nulos trinta e quatro votos e ganhou fardim das Palmeiras com trezentos e sessenta votos. Em seguida, retomando os trabalhos foi concedido espaço aos Senhores Vereadores inscritos para usarem do Grande Expediente, inicialmente Jorge Libreu salientou que os Vereadores eram agentes da vontade popular. Parabenizou a Associação do Bairro União. Comentou sobre a atual situação do Bairro e disse que o mesmo não possuía nenhuma obra

pública, mencionou que a Comunidade policitara a efetuação de uma lei incorporando a zona seis ao atual Bairro União. Salientou que era necessário a Revisão Constitucional. Disse que em hum mil, novecentos e oitenta e oito a classe mais representativa da sociedade, que eram os vereadores, não participara daquele processo. Mencionou que não estava havendo trabalho da UVB para buscar os anseios da Comunidade. Requerem ao senhor Presidente por ser Presidente da UVEMAT, para que levasse aos Deputados, Senadores, UVB, o interesse em tomar o judiciário transparente, para que o mesmo pudesse ser fiscalizado, permitir o acesso dos que tinham responsabilidade para com o município, solicitando ainda para que os Senadores fossem os corregedores do judiciário. Salientou que o judiciário na prática não tinha condições de prender os grandes ladrões do país. Disse que era necessário que fosse dada condições ao mesmo para atuar pois possuía pessoas com dignidade. Disse ao senhor Presidente que era necessário uma Comissão de Senadores do Estado se dirigir a Brasília para procurar abrir o judiciário, para que pudessemos ter um país decente. José Carlos Ramalho solicitou para que fosse enviado ofício ao senhor Prefeito e ao secretário de Obras no sentido de que fossem colocadas lixeiras nas ruas asfaltadas. Salientou que apresentaria Indicação para a instalação de um Banco com funcionamento vinte e quatro horas por dia. Justificou sua ausência na sessão anterior. Citou que participaria de reunião com a Diretoria do Bamerindus em Curitiba, onde estaria policitando a instalação de um posto avançado no Bairro São Bristóvão. Aluizio Ferreira de Barros citou que o

Executivo apresentaria um Projeto que tratava da Reforma Fiscal do Município. Comentou sobre a reunião realizada com a Diretoria da Eletro Norte, da Bemat, vereadores e executivo onde foi solicitado apoio do município para conclusão do linhão em hum mil, novecentos e noventa e quatro. Salientou que sempre procurara trabalhar pelo município. Lamentava que a atual administração, apesar de ter feito quatro vezes mais que a administração anterior no mesmo período recebia de alguns cidadãos críticas, sem analisar as obras já executadas. Disse que o Doutor José Haroldo Belho Santiago pouco fizera pelo município e procurava atrapalhar a atual administração. Salientou que o Doutor Elpidio Moutti estava tentando destruir o que fora feito com sacrifício, solicitou ao mesmo para que procurasse ajudar a construir o município, e que não viesse a deturpar o Executivo e o Legislativo, salientando que o dever do Promotor era defender famílias que necessitavam de ajuda. Solicitou aos cidadãos acima citados que ao invés de denegir os poderes se aliassem aos mesmos para o desenvolvimento de Pinop. Pediu aos Vereadores Altair Cavagfieri e Dalton Martini para que ajudassem a desenvolver o município, salientando que as críticas construtivas deveriam ser feitas, mas as que maculavam a imagem até mesmo do Poder Legislativo não deveriam ser proferidas. Apartando do Altair Cavagfieri solicitou ao Vereador Cláudio Pereira de Barros para que verificasse junto ao executivo os custos da reforma do Estádio Municipal. Cláudio Pereira de Barros salientou que

a Prefeitura tomara providências cabíveis quanto a administração do patrimônio público. Mencionou que o aumento da trafegabilidade da Estrada Nancy provocara o acidente com o caminhão. Salientou que os índices de compras feitas no município ultrapassavam noventa por cento. Dalton Martini agradeceu o empenho da bancada de situação, no sentido da criação do Conselho Defesa do Consumidor. Solicitou para que fosse enviado ofício aos órgãos de Imprensa informando-lhes da criação daquele Conselho. Solicitou ao senhor Presidente, como Presidente, digo, por ser Presidente da UVEMAT empenho para que fossem revistos os cargos estatutários do Poder Judiciário e para que constasse na Constituição, no sentido de que todos tivessem conhecimento do ICMS arrecadado pelo Estado. Mencionou que deveria ter sido dado conhecimento a sociedade do acidente ocorrido com o caminhão da Prefeitura. Salientou que a atual administração fizera mais obras por que assumira a Prefeitura com crédito. Disse que deveria trabalhar para a comunidade e não para o senhor Prefeito. Salientou que não estavam no tempo da Ditadura e críticas teriam que ser feitas. Mencionou que o senhor Mauri Rodrigues de Lima deveria arquivar no computador o acidente e também atender bem os municípios. frisou que estava sendo feito licitação em área de preservação, o que feria a Lei Orgânica em seu artigo duzentos e vinte e seis. Colocou que produtos com até dez por cento de diferença nos preços deveriam ser comprados no município. Mencionou que funcionários da Prefei]

tura estariam vendendo madeira da R-33, com maquinário do poder executivo, pediu para que os fatos fossem apurados. Após o senhor Presidente justificou a saída antes do término da sessão dos Senadores Sérgio Palma, Sola e Sebastião de Matos. Baião Filho pediu para que fosse enviado ofício ao Secretário de Obras para que fossem providenciadas coberturas para os pontos de ônibus às margens da BR em to e sessenta e três. Salientou que o Bairro União necessitava de investimento. Registrou seu descontentamento para com o Secretário de Educação por não fazer nada pelo esporte e às vezes acabar por desperdiçar o trabalho realizado. Justificou sua ausência na sessão anterior, salientou de sua preocupação porque somente alguns do judiciário estavam preocupados com suas funções e buscavam sem objetivos eleitorais dias melhores para a comunidade. Mencionou que havia sido preocupado de todos os senhores Senadores a cobrança do IPTU e que o Doutor Elpidio Moretti estava preocupado com sua promoção pessoal, visando o pleito de hum mil novecentos e noventa e quatro. Interrogou se a manifestação do Promotor quanto ao IPTU não seria porque um de seus acusados teria uma fortuna para pagar pois possuía cinquenta e oito lotes e uma quadra. Registrou a porcentagem do IPTU pago ao município. Informou que o PL apresentaria e finop estaria participando do Programa Nacional Eleitoral em cadeia de Televisão. Apontando Aluizio Pereira de Barros disse que não fizera críticas ao Doutor Admir Alves Barbosa. Advertiu o senhor Presidente ao Senador Aluizio Pereira de Barros que

Estava falando sobre assunto vencido. Pascheal do
Saripá solicitou para que fosse enviado ofício ao
senhor Nilo Flury, chefe do DNER, solicitando a
instalação de redutores de velocidade até as
proximidades da Agroquímica. Requerem para
que se oficiasse ao Promotor Paulo Prado para
benzindo-o pela iniciativa em ajudar um ga-
reto que sofria de elefantíase, e também ofi-
cio ao Diretor da Rádio Gaspar e TV Regional pa-
razendo-os pela realização da Copa Gaspar
Regional e também a Ricca e equipe campeã.
Salientou que a Democracia era bem vinda no
município. Mencionou que o senhor Mauri Rodrigues
de Lima merecia o respeito de todos. Disse que
o dinheiro era bem empregado pelo Poder Exe-
cutivo. Em seguida o senhor Presidente convidou as
pessoas que o criticavam a ajudá-lo. Salien-
tou que jogar pedras e denegir a imagem não
levava a lugar nenhum, pois as pedras serviriam
para construir o município. Citou como Presidem-
te da UVEMAT, que levava para o congresso
em Brasília uma carta que sintetizava o an-
seio do Estado Mato-Grossense, que era de am-
pliar mais suas prerrogativas e participar da
revisão constitucional. Agradeceu, após o senhor
Presidente a Proteção Divina, e encerrou a pes-
sa, sendo a presente ata lavada e se acui-
ta por irá assinada pelo Presidente e primei-
ro secretário.

Im K

mm:)

Cita da trigesima nona sessão Ordinária da
Câmara Municipal de Sinop - Estado de Mato Grosso.